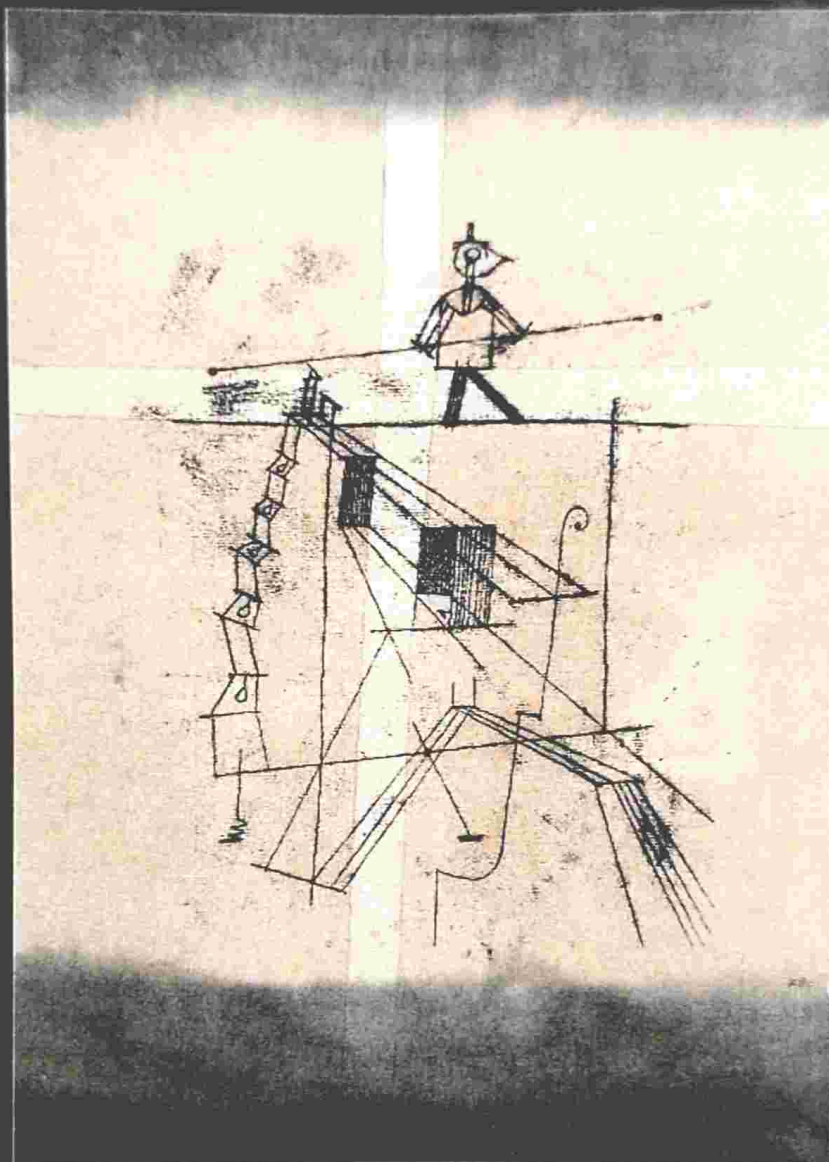


# PENSAMENTO CRUEL

Humanidades e Ciências Humanas:  
há lugar para a Psicologia?



Maria Helena S. Patto e João A. Frayze-Pereira  
(orgs)

Afrânio Mendes Catani • Alfredo Bosi • Arley Andriolo • Conrado Ramos • Ecléa Bosi  
Edson Passetti • Franklin Leopoldo e Silva • José Moura Gonçalves Filho • Maria Cristina  
Machado Kupfer • Marco Antonio Silveira • Sylvia Leser de Mello • Renato Mezan

Casa do Psicólogo®

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<i>João A. Frayze-Pereira e Maria Helena Souza Patto</i> .....	ix
<b>CIÊNCIAS HUMANAS: EPISTEMOLOGIA E POLÍTICA</b> .....	<b>1</b>
<b>A PSICOLOGIA EM QUESTÃO</b>	
<i>Maria Helena Souza Patto</i> .....	3
<b>CONHECIMENTO E RAZÃO INSTRUMENTAL</b>	
<i>Franklin Leopoldo e Silva</i> .....	17
<b>CIÊNCIAS HUMANAS E NEUTRALIDADE POLÍTICA: META OU MITO?</b>	
<i>Edson Passetti</i> .....	37
<b>QUE TIPO DE CIÊNCIA É, AFINAL, A PSICANÁLISE?</b>	
<i>Renato Mezan</i> .....	57
<b>HISTÓRIA E PSICOLOGIA SOCIAL: DISSIDÊNCIAS E CORRESPONDÊNCIAS</b> .....	<b>93</b>
<b>PSICOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL</b>	
<i>Sylvia Leser de Mello</i> .....	95

CONFRONTANDO PSICOLOGIA E HISTÓRIA: UM MÉTODO PARA A REFLEXÃO CRÍTICA DA PSICOLOGIA <i>Conrado Ramos</i> .....	109
DO ÓDIO À NOSTALGIA: HISTÓRIA, PSICOLOGIA, PODER <i>Marco Antonio Silveira</i> .....	133
<b>INDIVÍDUO E CULTURA: IDEOLOGIA E CRÍTICA</b> .....	<b>159</b>
O LUGAR DA CULTURA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO: IDEOLOGIA E CRÍTICA <i>Afrânio Mendes Catani</i> .....	161
CULTURA E FORMAÇÃO: NOTAS MARGINAIS <i>José Moura Gonçalves Filho</i> .....	187
INTERROGAÇÕES DA PSICOLOGIA <i>Ecléa Bosi</i> .....	205
A SUBVERSÃO PSICANALÍTICA DO DEBATE INDIVÍDUO-CULTURA: CONSEQÜÊNCIAS PARA AS PSICOLOGIAS <i>M. Cristina M. Kupfer</i> .....	211
<b>A PSICOLOGIA ENTRE A LITERATURA E AS ARTES: O PENSAMENTO SENSÍVEL</b> .....	<b>225</b>
A PSICOLOGIA ENTRE A LITERATURA E AS ARTES <i>Alfredo Bosi</i> .....	227
FENOMENOLOGIA E ARTE MODERNA: CONTRA O ESQUECIMENTO DOS PROCESSOS COGNITIVOS NA VIDA COTIDIANA <i>Arley Andriolo</i> .....	249
A PSICOLOGIA ENTRE AS ARTES: A QUESTÃO DO PENSAMENTO SENSÍVEL <i>João A. Frayze-Pereira</i> .....	265

## APRESENTAÇÃO

Este livro tem origem no seminário “Pensamento cruel – Humanidades e Ciências Humanas: há lugar para a Psicologia?”, realizado na Biblioteca Mario de Andrade, em 2004.<sup>1</sup> Dele participam alguns dos integrantes daquele seminário e outros intelectuais convidados posteriormente. Versando sobre os temas que foram tratados nas Mesas – “Ciências Humanas, epistemologia e política”; “História e Psicologia Social: dissidências e correspondências”; “Indivíduo e cultura: ideologia e crítica”; “A Psicologia entre a Literatura e as Artes: o pensamento sensível” – os textos, agrupados em quatro partes que apresentamos brevemente, desenham um conjunto de questões que aprofundam a reflexão sobre a Psicologia em suas relações de interioridade e de exterioridade com as Humanidades: a Filosofia, a Literatura e a Arte.

Os autores, cada um a seu modo, participam da mesma crueldade: batem de frente e com força no conceito hegemônico de cientificidade, problematizam a unidade de objeto e método das ciências da natureza e das ciências do homem e resgatam estas últimas dos limites estreitos impostos por concepções physicalistas de homem e de sociedade. Mais especificamente, ao percorrerem um arco que vai da crítica teórica da razão instrumental ao conceito de pensamento sensível, põem em questão a Psicologia que se faz à imagem e semelhança das Ciências Naturais.

O questionamento das bases em que se assenta uma área de produção de conhecimento científico não deixa de ser cruel. A crítica ao estabelecido incomoda, pois desaloja as pessoas dos lugares costumeiros, invalida hábitos, ameaça o conforto do que parece “dado”, do que é tido como certo, do que parece natural – em suma, põe em xeque a opacidade das certezas que dispensam a atitude filosófica.

O entendimento de crítica como exercício da crueldade do pensamento é de Walter Benjamin, num belo ensaio sobre o crítico, ensaísta e poeta austríaco Karl Kraus.<sup>2</sup> “Como Baudelaire”, diz ele, “Kraus não quer reformar o mundo mas perturbá-lo”. Num ensaio sobre Benjamin, Susan Sontag, por sua vez, equipara-o a Kraus, pois ele também “defendeu a vida do intelecto até o fim, tão honesta e desumanamente quanto pôde.”<sup>3</sup>

Ora, num ensaio intitulado “Sobre o conceito de história”, Walter Benjamin evoca uma imagem de Klee. Embora não seja uma obra-prima no conjunto da obra deste artista, ficou conhecida pela leitura que dela fez o filósofo. Trata-se de *Angelus Novus*, estampada no *folder* do seminário “Pensamento Cruel” e na quarta capa deste livro. Que diz dela Benjamin?

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os vencidos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.<sup>4</sup>

O *Anjo Novo* é o anjo da história que, impedido de realizar a sua missão angélica, não se encontra paralisado, mas numa “imobilidade hesitante”. E esse instante, tal como um momento revolucionário, é risco, é possibilidade de fracasso, mas, ao mesmo tempo, esperança de êxito.

Observando a iconografia de Klee, entretanto, encontramos uma outra imagem, a que fizemos figurar no cartaz do evento e na capa deste livro. É a imagem do saltimbanco ou acrobata que, do nosso ponto de vista, dialoga com o anjo da história. Como este, o homem na corda também se encontra numa imobilidade hesitante, num equilíbrio instável, exprimindo a verticalidade trágica da existência, a possibilidade da ascensão, mas também o risco da queda. A dimensão exaltada pelo quadro é a altura vertiginosa ou o abismo.

Considerando os valores plásticos que definem essa aquarela, podemos ver que predomina o rosa, entre faixas de nuvens cinzentas a dar o tom ao mesmo tempo esperançoso e ameaçador que envolve a acrobacia. A corda tensa é sustentada por andaimes precários, um projeto de construção. No fundo, duas faixas claras definem uma cruz que alude à possibilidade da violência, mas também da redenção.

Muito mais poderia ser dito dessa imagem que, no diálogo com o Anjo Novo, sugere o sentido da cruel tarefa do pensamento que este livro procurou manter: expressar as perspectivas nas quais o mundo revela suas fraturas para retomar a questão da atividade do sujeito como redenção, isto é, como restituição daquilo de que fomos privados à nossa revelia.

\*

Contando com a colaboração de nomes consagrados em suas áreas de atuação, este livro pretende oferecer matéria para pensar o pensamento da Psicologia, sem medo da desumanidade paradoxalmente contida na reflexão comprometida com a humanização da vida.

João A. Frayze-Pereira  
Maria Helena Souza Patto

## NOTAS

- 1 Participaram da organização do evento, pelo Instituto de Psicologia - USP, João A. Frayze-Pereira, Maria Helena Souza Patto, Arley Adriolo e Jaqueline Kalmus; da sua execução, pelo Colégio de São Paulo, Francisco Foot

Hardman, Rita de Cássia Guglielmi Rua, José Eduardo Soares de Castro e Ivoneti Monteiro dos Santos.

- 2 Benjamin, W. Karl Kraus. In: *Oeuvres II*. Paris, Gallimard, 2000, p. 228-255 (traduzido do original em alemão, In: W. Benjamin, *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1974, t. II, p. 334-367).
- 3 Sontag, S. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p.103.
- 4 Benjamin, W. Sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 226.

## CIÊNCIAS HUMANAS: EPISTEMOLOGIA E POLÍTICA

No banco dos réus, as Psicologias fincadas nos mitos da objetividade e da neutralidade do conhecimento científico. Na base epistemológica destes mitos, um realismo ingênuo que separa sujeito e objeto do conhecimento. As teorias críticas mencionadas nos ensaios vêm para denunciar o aprisionamento do social e do psíquico nos limites estreitos do projeto baconiano de conhecer para controlar a natureza, inclusive a natureza humana. No interior desse esboço de crítica epistemológica e ético-política do cientificismo insinuam-se outras formas de produção do saber no campo das ciências humanas. Esse vetor que faz a Psicologia convergir para as humanidades – convergência cruel que desorienta os que pesquisam os homens como coisas – é objeto, explícita ou implicitamente, dos ensaios aqui incluídos, que se encontram nos textos finais sobre Psicologia e Arte.

O que está em questão é o projeto de emancipação e de felicidade dos homens por meio do conhecimento racional e do progresso tecnológico. Deslindar os motivos do descaminho do sonho de Bacon, de Descartes e dos filósofos iluministas é tarefa fundamental de um projeto intelectual que quer desvelar a incompatibilidade entre a autonomia da razão e a conquista da felicidade – melhor dizendo, entre a racionalidade instrumental e a conquista da autonomia humana. Ao definir como idênticos a racionalidade, o método e o objeto das ciências naturais e humanas e ao tomar como paradigma de certeza a matematização do mundo, o Iluminismo operou uma redução que



reduziu a diversidade à unidade e pôs as ciências humanas em sérias dificuldades. O caso da Psicologia é exemplar: diante da dificuldade imposta por seu objeto de estudo – um sujeito – de se estabelecer como ciência nos moldes tradicionais, ela só atingiu este estatuto quando abriu mão da especificidade dele e cedeu ao poder do método experimental, instituiu-se como Psicologia fisicalista e distanciou-se, assim, da realidade que quer conhecer. Na dialética de progresso e regressão criam-se conseqüências danosas às próprias relações entre os homens: de dominadores, eles se tornam dominados e o desejo de autonomia deságua em heteronomia. O feitiço vira contra o feiticeiro e instalam-se a personalidade e a vida danificadas.

Contra a crítica atual à não-cientificidade da psicanálise – contra os argumentos organicistas e cientificistas que querem desqualificá-la – é preciso pôr em foco a epistemologia desta disciplina. Apesar do empenho de Freud em dar-lhe estatuto de ciência natural, à imagem da física, a tarefa consiste em situá-la entre as ciências humanas. É assim que o veredicto disparado pelos cientistas experimentais contra a psicanálise – ela não é científica, motivo de sua ineficácia – pode ser desconstruído passo a passo, explicitando-se as diferenças básicas entre as ciências do inanimado e do animado e entre as ciências dos organismos vivos e do homem. Neste trabalho epistemológico em que se definem diferenças entre objetos e métodos depuram-se duas afirmações: a psicanálise é uma *ciência humana*; o método experimental nada tem a ver com as ciências humanas. Ou seja, por outras vias é possível reverter o feitiço. E o que move o bumerangue é o poder corrosivo da razão crítica.

Com as tintas fortes da crueldade de que o pensamento é capaz, o que está em foco, em última instância, é o mito da neutralidade do cientista e suas relações com o exercício do poder. Como “deuses da razão”, eles assemelham-se ao monarca hobbesiano e contribuem, no marco da lógica iluminista, para a moderna racionalidade centrada no cálculo econômico. É nesse âmbito que as teorias podem ser examinadas como posicionamentos, contra-posicionamentos e anti-posicionamentos. Numa sociedade de controle, que superou a sociedade disciplinar em matéria de presença microscópica nos interstícios de tudo o que abrange, fica o desafio proposto num dos ensaios aqui incluídos: pensar a Psicologia como posição, contra-posição e anti-posição.

## A PSICOLOGIA EM QUESTÃO

Maria Helena Souza Patto<sup>1</sup>

A Psicologia como ciência e profissão tem dois princípios fundadores: o da neutralidade científica e o da especialização. Em companhia de alguns autores, faço alguns assinalamentos sobre esse estado de coisas, como exercício do pensamento que problematiza o estabelecido, o tido como certo, o que adquiriu foro de naturalidade. A intenção é abalar as bases sobre as quais a Psicologia foi construída como ciência e profissão.

A crença na neutralidade do conhecimento é parte de uma concepção de cientificidade que se institui com a ascensão da visão burguesa de mundo e que acredita na possibilidade de apreensão do objeto de estudo por um sujeito cognoscente munido de procedimentos que ponham sob controle tanto ele próprio, pela imobilização das impurezas da razão, quanto o objeto. Na modernidade, coube a Bacon inventariar os “ídolos” ou “hábitos pervertidos, já profundamente arraigados na mente”, e propôr procedimentos – o método experimental – que as neutralizassem no processo de conhecimento. Estava em andamento o projeto que, desde o Renascimento até o século XVIII, pôs a razão humana como instrumento do progresso técnico e científico e este como condição da liberdade e da felicidade humanas. A este respeito, Bacon afirmou: “a soberania do homem está oculta na Ciência.”

Se em sua origem, no início da era moderna, o projeto de instituição de procedimentos de pesquisa que garantissem o caráter desinteressado da ciência foi luta contra o domínio teológico e político do conhecimento, nas sociedades industriais capitalistas dos séculos XIX e XX, a reafirmação desta neutralidade tornou-se poderoso instrumento de justificação da realidade social em vigor.

Ao entronizarem a física, em detrimento da metafísica, os critérios de cientificidade esvaziaram o pensamento de seu componente essencial: a reflexão ético-política. Perderam-se de vista os fins, substituídos pelos meios. Instalou-se o império do pragmatismo e de seu sucedâneo, o instrumentalismo. São tempos da instrumentalidade da razão. A Filosofia positiva de Comte é o fim da festa iluminista; Adorno, implacável praticante da crueldade do pensamento, reduziu o Positivismo comteano a “escória do iluminismo” que promoveu a “liquidação da metafísica” e o “cerceamento da imaginação teórica.”<sup>2</sup>

A Psicologia não escapou desse mito; melhor dizendo, sua gestação como ciência deu-se no ventre dessa lógica. Nas sociedades capitalistas industriais oitocentistas, atravessadas por conflitos de classes, ela vem para dizer quem são os normais e os mais aptos e, assim, repôr a ilusão de igualdade em sociedades congenitamente desiguais. Legitimada por procedimentos científicos, supostamente objetivos e neutros, ela é de fato instrumento político de reprodução da ordem social em vigor. Em termos althusserianos, ela é aparelho ideológico do Estado. É normal quem trabalha e obedece, ou seja, adapta-se a uma realidade social tida como fato, como dado, como natural e que dispensa, portanto, qualquer forma de questionamento; é inteligente quem pensa de acordo com os preconceitos, os estereótipos, a moral e a instrumentalidade reinantes.

Ouçamos o que Theodor Adorno diz sobre os testes de inteligência no aforismo *QI*:

Assim como para os neopositivistas o conhecimento se cinde em empiria acumulada e formalismo lógico, do mesmo modo a atividade intelectual do tipo para quem a ciência unitária é feita sob medida polariza-se no inventário do que ele sabe e no teste de sua capacidade de pensar: todo pensamento transforma-se para eles num questionário lúdico, seja do grau de informação, seja da aptidão. Em algum lugar as respostas certas já têm que estar registradas. O instrumentalismo, a mais recente versão do

pragmatismo, há muito deixou de ser uma mera questão de aplicação do pensamento; ele é o *a priori* de sua própria forma.<sup>3</sup>

Tomemos como exemplo um item de um teste de inteligência para crianças. Pergunta-se por que é melhor dar dinheiro a uma instituição de caridade do que a um pobre que pede na rua. A resposta certa privilegia as instituições de caridade, porque distribuem o dinheiro de modo mais organizado e justo. Ou seja, é inteligente quem tem preconceito contra os pobres, participa da ideologia assistencialista e é desinformado, já que acredita na idoneidade de instituições que, em geral, são sabidamente desonestas. Pode-se, portanto, questionar a existência de neutralidade axiológica nos instrumentos de avaliação psicológica que os psicólogos psicometristas costumam defender com argumento raso: “são científicos”.

\*

Quando, em 1952, publicou *Ciências Humanas e Filosofia* o filósofo e sociólogo Lucien Goldmann pôs em questão os (des)caminhos da sociologia na passagem do capitalismo de mercado para o capitalismo de organização, e trouxe à luz os problemas da crença na neutralidade científica e da crescente especialização dos intelectuais no âmbito das Ciências Humanas.

Ao mesmo tempo em que a presença do Estado na administração das crises sociais e políticas assumiu a forma de mecanismos reguladores de talhe cada vez mais tecnocrático, no plano intelectual deu-se a passagem de uma sociologia filosófica, histórica e humanista a um pensamento cientificista e ahistórico. Racionalista, sim, mas de um racionalismo muito diferente do iluminista, pois deixou de lado os valores humanistas que estavam no cerne da Filosofia do Terceiro Estado em ascensão no século XVIII.

Se “um domínio do conhecimento incorpora-se à ciência positiva na medida em que se libera de toda ingerência filosófica”<sup>4</sup>, as Ciências Humanas positivizaram-se, ou seja, tornaram-se empíricas, instrumentais, comprometidas com a manutenção da ordem, em detrimento da dimensão reflexiva do pensamento. Ampliada das ciências físicas para as ciências biológicas e humanas, esta separação criou uma biologia mecanicista, uma Psicologia behaviorista, uma história empírica, uma

sociologia descritiva e coisificante. Nesse contexto, a estatística tem como tarefa evitar que essas ciências degenerem em Filosofia.

Goldmann não é insensível ao valor do desejo de neutralidade da pesquisa: o conhecimento desinteressado possibilita a independência da pesquisa de ingerências que lhe são estranhas, dispensa-a de vinculação a interesses práticos imediatos e alerta-a para a exigência de rigor no tratamento do objeto de estudo. No entanto, este intento será nocivo se dispensar a questão ontológica fundamental que se põe às ciências Humanas: a questão da relação do homem com seus semelhantes, ponto de partida da Filosofia moderna.

A cientifização das ciências humanas levou à produção em massa de cientistas que, embora dominem o campo da pesquisa, integram-se cada vez mais ao capitalismo de organização e são desatentos à sociedade de produção em massa e de consumo que traz perigos cada vez mais amplos e profundos à inteligência e à cultura. Nesse escrito de 1952, Goldmann reduz a “diplomados analfabetos” o grande contingente de cientistas que passa a vida acumulando conhecimentos em áreas limitadas e parciais, acreditando-se filósofos, antropólogos, sociólogos, historiadores, psicólogos, lingüistas etc.

No Congresso sobre Dialética da Libertação, realizado em Londres em 1967, ele voltou à carga contra os pesquisadores empiristas. No bojo das relações entre os homens nas sociedades capitalistas industriais – nas quais perderam o caráter de relações humanas sociais e interpessoais e se transformaram em relações materializadas entre objetos – ele assinalou, com Marcuse, a deformação fundamental do indivíduo, a perda crescente da autonomia, o empobrecimento da personalidade.<sup>5</sup>

Num mundo em que o homem encontra cada vez menos setores da vida social em que pode ter iniciativa e responsabilidade; numa sociedade em que “ele se torna cada vez mais um ser a quem apenas se manda executar decisões tomadas alhures e a quem se dá, em troca, uma garantia de possibilidade de maior consumo” – numa vida social assim, em que a produção em massa opera em muitas esferas e abranje toda a sorte de mercadorias,

o verdadeiro produto em massa do capitalismo organizacional (...) é o especialista que, simultaneamente, é iletrado e formado numa universidade, um homem bastante familiarizado com um setor da produção e dota-

do de elevadas qualificações profissionais para realizar de maneira satisfatória ou mesmo notável as tarefas que lhe são atribuídas, mas que está perdendo cada vez mais todo o contato com o resto da vida humana e cuja personalidade está, assim, sendo deformada e diminuída a um grau extremo.<sup>6</sup>

\*

Nessa mesma direção, o historiador Eric Hobsbawm abordou a questão do engajamento do cientista, tomando como ponto de partida a afirmação da inexistência de “uma ciência puramente objetiva e isenta de juízos de valor.”<sup>7</sup> O pesquisador é sempre fruto de sua época e reflete experiências e interesses históricos e sociais específicos. O que não quer dizer que o engajamento não tenha de ser objetivo ou que possa dispensar a verificação rigorosa dos fatos. O engajamento político repercute, isto sim, na escolha e na combinação dos fatos verificados e na sua interpretação, fonte de discordâncias científicas legítimas. No entanto, Hobsbawm não defende a hegemonia de qualquer teoria, pois sabe que hipóteses e princípios teóricos não têm estatuto incontroverso.

Se há formas de engajamento político que ultrapassam o que é cientificamente legítimo e resultam em pseudoconhecimento a serviço de conveniências políticas, o engajamento legítimo – que ele chama “engajamento objetivo”<sup>8</sup> – tem aspectos positivos, não só para a ciência e para a causa com a qual o cientista está comprometido. Bastam dois exemplos: a história do movimento operário britânico avançou graças à pesquisa de historiadores simpáticos à causa dos trabalhadores; os estudos sobre a escravidão nasceram do compromisso ético-político de seus autores com a democratização da vida social. Entretanto, é exatamente porque estas pesquisas opõem o rigor ao viés doutrinário ortodoxo que elas pode ser úteis aos adversários da causa com a qual o pesquisador simpatiza.<sup>9</sup> Mesmo assim, o engajamento “objetivo” produz efeitos inovadores no campo intelectual, não só porque inaugura temas que para muitos são tabus, como também porque garante que o olhar da academia se volte para fora dela.

No entanto, não só do empírico se alimenta a pesquisa nas Ciências Humanas; sem a Filosofia e as demais Ciências Humanas ela corre o risco de burocratizar-se. Em direção contrária ao positivismo

comteano, Hobsbawm assinala que estas ciências vivem não só de fatos e de sua interpretação. Elas também são feitas de proposições de natureza filosófica que, apesar de não serem passíveis de validação, são de importância fundamental para o avanço da teoria e da pesquisa. Ribeiro (2001) diz isso de outro modo: que o rigor não resulte em estreitamento do campo da pesquisa e não sacrifique o vigor dos trabalhos, vigor esse que só pode ser alcançado com a ultrapassagem das fronteiras que segmentam as Ciências Humanas e que as separam das Humanidades – da Filosofia, da Literatura e das Artes.<sup>10</sup> Estas considerações remetem-nos à crítica da especialização.

\*

Contra os que, em nome da complexidade atual da cultura, defendem, paradoxalmente, a necessidade de especialização intelectual e profissional, Hobsbawm reflete sobre os males da formação de especialistas e propõe a fecundação da pesquisa em áreas específicas pelo alargamento da formação intelectual.

Depois de evidenciar que grande parte das ciências naturais e humanas avançou por meio do engajamento político de seus praticantes, a ponto de algumas delas não poderem ter existido sem esse compromisso, Hobsbawm faz a crítica da crença de que “o cientista é um simples buscador da verdade acadêmica pura, que pode ou não interessar a mais alguém.”

Esta crença tem vários determinantes, entre os quais uma situação social nova e peculiar dos intelectuais: agora eles são profissionais assalariados. A este respeito, diz o autor de *A Era do Capital*:

em uma época em que não havia economistas profissionais, não teria sentido nenhum afirmar que Quesnay (médico), Galiani (funcionário público), Adam Smith (professor universitário), Ricardo (financista) ou Malthus (clérigo) não eram essencialmente políticos em suas intenções.<sup>11</sup>

A pretensão de neutralidade presente num certo modelo de cientificidade ganhou força com a separação entre os que tomam decisões econômicas e políticas e os que se constituíram, em grande número, como “especialistas” independentes. Por outro lado, o

intelectual, como categoria profissional que se quer acima de qualquer suspeita, é reafirmado pelos que dominam, na medida em que o poder do *status quo* aumenta com a atribuição de neutralidade política aos conhecimentos que o justificam, porque produzidos em instituições dotadas de autoridade e de suposta imparcialidade.

O crescimento numérico da categoria de trabalhadores intelectuais; sua internalização institucional e aparente isolamento dos problemas do mundo; a necessidade posta pela reprodução social de confirmar-lhes a isenção política e a própria invenção de métodos de pesquisa tidos como garantia de produção de conhecimentos objetivos e neutros – tudo isto faz do campo da especialização terreno fértil ao mito da neutralidade do cientista.

Ao aprofundar-se na especialização, o cientista aprofunda, ao contrário do que pensa, a impossibilidade de entendimento do objeto de estudo. A este respeito, Ribeiro (2001) afirma: “um mundo complexo como o atual torna impossível dar conta de seus problemas mediante uma única linguagem. No entanto, boa parte do trabalho hoje desenvolvido nas ciências, e as Humanas não lhe fazem exceção, se empenha em aprofundar um campo estrito e restrito.”<sup>12</sup> De onde a proposta:

o revolucionário, nas Ciências Humanas e nas Humanidades [as Artes, a Literatura e a Filosofia] estará, sem renegar a necessidade de uma reflexão rigorosa, em apostar numa inovação mediante uma contestação de suas fronteiras. (...) O monoglotismo científico e/ou cultural ocorre quando uma língua – por exemplo, a de uma ciência – aparece como a única ferramenta pela qual um pesquisador, ou um estudante, ou mesmo qualquer pessoa, aborda o mundo.<sup>13</sup>

Esta situação “é duplamente insatisfatória. Em primeiro lugar, porque dificulta o avanço na pesquisa, já que é bastante improvável que uma língua, seja ela qual for, dê conta da variedade dos fenômenos. Em segundo lugar, porque prejudica o amadurecimento do pesquisador, que tenderá a confinar-se num só campo de sua formação e terá maiores empecilhos para crescer e, sobretudo, inovar.”<sup>14</sup> Vale aqui uma síntese de Goldmann: “um domínio do conhecimento incorpora-se à Ciência Positiva na medida em que se libera de toda ingerência filosófica.”<sup>15</sup>



Voltemos a Hobsbawm, agora para trazer a crítica de procedimentos cada vez mais sofisticados de processamento de dados na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais:

a ciência social moderna, a política e o planejamento adotaram um modelo de cientificismo e manipulação técnica que, sistemática e deliberadamente, negligencia o humano e, acima de tudo, a experiência histórica. O modelo de análise e previsão em moda é fornecer todos os dados correntes disponíveis para algum supercomputador imaginário ou real e deixar que ele apresente respostas. (...) esse cálculo histórico ou, antes, anti-histórico, não tem consciência de ser cego, e é inferior até mesmo à visão assistemática dos que podem usar os olhos.<sup>16</sup>

\*

A neutralidade como meta da formação voltada para a profissionalização – e aqui destaco os cursos de Psicologia – é mito que instala um “superego científico” e uma mentalidade tecnicista de graves conseqüências para a percepção crítica da realidade social em que os profissionais vão atuar.<sup>17</sup> Sem esta percepção, o conceito de normalidade psíquica fica refém da adaptação entendida como mera adesão a procedimentos que reproduzem uma realidade que o profissional não questiona, apenas toma como fato consumado. É normal quem colabora, só se mostra insatisfeito com seu nível de consumo e de renda e esforça-se individualmente para melhorá-lo. É saudável quem se impregna do “ambiente”, quem o internaliza como natural, quem se torna conformista ou, no máximo, reformista que repõe o mesmo.

Segundo Janine Ribeiro, o melhor que a Universidade pode fazer não é clonar o mercado. Um curso não é tanto mais moderno quanto mais ouvir o mercado de trabalho, até porque este está em constante mutação. A empresa prepara melhor para técnicas e procedimentos do que a Universidade. A contribuição que esta pode oferecer é uma sólida formação intelectual. Não se trata, diz ele, de pôr a pesquisa em primeiro plano, pura e simplesmente, e burocratizá-la. Trata-se de fecundá-la com as Humanidades, não como ilustração embelezada do que as ciências dizem de modo duro, mas como instrumento de formação de alunos capazes de questionar as regras que aprenderam e

assim inovar a pesquisa no que se refere a temas e métodos. No caso da Psicologia, fecundá-la é pô-la em contato com a Filosofia, a Literatura, as Artes e com as demais Ciências Humanas.

Ir além da especialização não significa propor uma visão completa, harmônica ou coesa das coisas. Não se trata de totalizar as ciências humanas, já que seus enfoques não são complementares, mas divergentes. Ribeiro assinala que é possível enfatizar a complementaridade – num curso de Ciências Sociais, pode-se introduzir os alunos na sociologia pelo exame da desigualdade; na antropologia pelo estudo da diferença; na política pelo veio da dominação – mas esta ênfase não elimina a diversidade delas. Cada uma precisa, “como do ar que respira”, escutar as outras e integrar elementos delas ao seu trabalho, embora incidam sobre aspectos diferentes. Afirmá-lo não significa abrir a porta para a especialização, mas grifar a especificidade de cada uma delas. Eu diria que, no campo geral das Ciências Humanas, o específico de cada uma destaca-se como figura num fundo. Embora recorte o individual ou subjetivo, a Psicologia não pode perder de vista as dimensões histórica, econômica, social, cultural e política da vida dos homens. No fundo do fundo, a Filosofia como condição de existência da reflexão teórica.

Se não há complementaridade entre as Ciências Humanas, não há também complementaridade teórica dentro de cada uma delas. De novo, não se trata de eleger uma forma de pensar e torná-la hegemônica. Ao contrário, trata-se de estimular os alunos a pensarem por si próprios, não lhes dando uma única resposta, mas estimulando um outro tipo de leitura de textos, na contramão de uma leitura superficial e ávida de preceitos que informem a prática. É importante mostrar-lhes como diferentes ciências e, dentro delas, diferentes linhas de pensamento lidam com a mesma questão ou recortam questões diversas. Daí a importância, assinalada por Ribeiro, de um mesmo problema ser abordado por mais de um ponto de vista teórico, tendo em vista estimular a comparação e desestimular o maniqueísmo ou a simplificação no universo do pensamento. Só assim os alunos serão formados como pensadores originais, capazes de fazer escolhas, com conhecimento de causa, entre matrizes teóricas ou recortes variados. Não há nada mais nefasto ao pensamento e insuportável ao convívio acadêmico do que o fundamentalismo teórico, tão freqüente nos meios em que se faz a Psicologia.

Assumir esta posição não significa, porém, um convite ao relativismo ou ao ecletismo, pois, como adverte Goldmann, o conhecimento é uma construção humana que pode contribuir tanto para enriquecer e humanizar a vida como para justificar ideologicamente a opressão progressiva.

\*

Não por acaso, os autores que mais admiramos caminham em direção contrária ao mito da neutralidade política do conhecimento e da especialização como forma de enfrentar a complexidade do mundo atual. Este é o caso de Edson Passetti. Basta ler *Éticas dos Amigos. Invenções libertárias da vida*, que ele publicou em 2003, para perceber a profundidade alcançada por um acadêmico que se dedica à Política sabendo que precisa, como do ar que respira, escutar as artes, a literatura, a Filosofia e as demais ciências humanas, sem que isto signifique a perda da especificidade de seu foco.

De seu texto publicado nesta coletânea, destaco as seguintes passagens: “alguém neutro não pode deixar de estar associado aos conservadores.” E, mais adiante: “a neutralidade nas ciências humanas, posição do sujeito do conhecimento, reitera uma determinada ordem, formulada pela construção teórica. Constrói a sanidade, a política racional e a normalidade que balizam o controle e a saúde da sociedade. Trata-se de uma conservação da ordem, a qual poderá suportar um número finito de reformas.”

No coração do mito da neutralidade encontra-se a separação entre sujeito e objeto na epistemologia das ciências humanas. Separação cujos desdobramentos são todos comprometidos com a manutenção das sociedades divididas: institui os autorizados e os não autorizados a dizer – isto é, os competentes e os incompetentes, os que dizem e os que ouvem, os que mandam e os que obedecem; resulta, por essa via, num discurso científico que fala *sobre* os oprimidos, a partir de procedimentos que supostamente permitem conhecê-los de modo objetivo e neutro, e os silencia; comprova cientificamente a sua incapacidade psíquica e assim justifica a tomada de decisões em nome deles e a sua condução, opressão, exploração e, num limite menos raro do que se pensa, o seu extermínio. Separação

e desdobramentos que são a própria matéria de que é feita a Psicologia em moldes positivistas.

Mas Passetti vai além: ele reflete sobre posicionamentos oficiais, contra-posicionamentos e anti-posicionamentos. Todos eles, porém, comprometidos com as relações de poder, seja somando cegamente, por meio da crença na possibilidade de neutralidade, com a dominação inerente às sociedades de classes, seja contestando-as, em nome de um novo ordenamento social, seja recusando-se – pelo exercício da crueldade contida na perturbação permanente da ordem, qualquer que ela seja – a tomar posição e cristalizar-se nela.

A análise de Goldmann do dogmatismo e do espírito crítico como patologias sociais e intelectuais poderia ser convocada para provocar os anarquistas e pôr lenha na fogueira da polêmica. O dogmatismo “torna-se patológico e mórbido na medida em que, ao defender certas idéias e posições, disposições e atitudes numa situação que não mais lhes corresponde, favorece a preservação de antigos privilégios e instituições e se opõe à ação de homens que aspiram à liberdade.”<sup>18</sup>

O espírito crítico, por sua vez,

é absolutamente necessário, não só no sentido evidente de que ele pode encorajar a libertação real de tudo o que é meramente uma sobrevivência dogmática do passado, mas também porque retém sua necessidade e função mesmo em face de um dogmatismo necessário e racional, uma vez que deve criar as condições reais para a transcendência subsequente desse dogmatismo e para a futura libertação.

No entanto, há também uma patologia do espírito crítico. Para o autor de *Ciências Humanas e Filosofia* esta patologia “consiste em esquecer que a crítica sempre deve ser formulada em relação às possibilidades existentes em determinada situação.”<sup>19</sup> Dizendo de outra maneira,

toda ordem subentende sacrifícios e repressões. Marx, em um nível, Freud, em outro, e muitos outros desde então, têm-nos mostrado isso. (...) É verdade que essa repressão [do desejo do indivíduo em nome da adaptação à sociedade] nem sempre tem a mesma intensidade e a mesma amplitude, e que um dos problemas que deve surgir quando se reflete sobre a dialética da libertação diz respeito às possibilidades de se criar uma ordem

social que garanta o mínimo de repressão das aspirações individuais à felicidade, bem como uma distribuição eqüitativa, entre as diferentes classes sociais, dos sacrifícios impostos por essas repressões.<sup>20</sup>

Fica aos psicólogos um convite à reflexão sobre uma tese que resume o que foi dito até aqui: a pretensão de neutralidade política é, ela própria, uma posição política.

## NOTAS

- 1 Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- 2 Adorno, T.W. e Horkheimer, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 11-17, *passim*.
- 3 Adorno, T.W. *Minima Moralia*. Reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática, 1992, p. 172-173.
- 4 Goldmann, L. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo: Difel, 1972, p. 15.
- 5 Goldmann, L. Crítica e dogmatismo da literatura. In: Cooper, D. (org), *Dialética da libertação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 156-157.
- 6 *idem*, p. 157-158. Esta passagem me faz lembrar um comentário do jornalista José Simão e uma prática da Psicologia. O jornalista assinala, com a crueldade necessária ao desvelamento do horror que subjaz à “fachada limpa do cotidiano” (a expressão é de Adorno), o grau de alienação contido num programa diário de culinária na TV, valendo-se de uma frase mais ou menos assim: enquanto os noticiários mostram a injustiça e a barbárie a céu aberto, Ofélia, impassível, recheia beringelas. Pois bem, o mesmo pode ser dito dos psicólogos: enquanto o mundo se contorce, a barbárie corre solta, a miséria se expande e se aprofunda, os psicólogos continuam, impassíveis, a perguntar diariamente a seus pequenos clientes: “quantas orelhas você tem?”, para verificar se são inteligentes.
- 7 Hobsbawm, E. Engajamento. In: Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 139.

- 8 *idem*, p. 140.
- 9 Esta foi uma questão que preocupou e ocupou pesquisadores em Ciências Sociais nos anos da ditadura militar brasileira de 1964. Da reflexão sobre ela nasceram as propostas de pesquisa participante e de devolutiva dos resultados da pesquisa aos sujeitos, única forma de evitar que o conhecimento produzido ficasse de posse exclusiva dos órgãos de inteligência norte-americanos.
- 10 Ribeiro, R. J. *Humanidades*. Um novo curso na USP. São Paulo: EDUSP, 2001.
- 11 Hobsbawm, E. *op. cit.*, p. 149.
- 12 Ribeiro, R. J., *op. cit.*, p. 32.
- 13 *idem*, p. 32-34, *passim*.
- 14 *idem*, p. 34.
- 15 Goldmann, L. *Ciências Humanas e Filosofia*, p.15.
- 16 Hobsbawm, E. , *op. cit.*, p. 39.
- 17 Bohoslavski, R. A psicopatologia do vínculo professor-aluno: o professor como agente socializador. In: Patto, M.H.S.,(org.) *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997, p. 369.
- 18 Goldmann, L. *Crítica e dogmatismo da literatura*, p 165.
- 19 *idem*, p. 167.
- 20 *idem*, p. 166.

# HISTÓRIA E PSICOLOGIA SOCIAL:

## DISSIDÊNCIAS E CORRESPONDÊNCIAS

Impossível pensar as concepções de homem e de sociedade sem a perspectiva histórica. Só se pode instigar os psicólogos a pensarem a maneira como concebem seu objeto e as formas de conhecê-lo colocando-os diante de uma concepção de história que os obrigue ao diálogo com as demais ciências humanas. A Psicologia que, movida pela aspiração de ser científica como as ciências naturais, concebe os homens como objetos quantificáveis, nada tem a contribuir para essa interlocução. Só poderá fazê-lo se abandonar a universalidade pretendida e se detiver no singular, somando com a historiografia que se abre à Psicologia, tem sua pedra fundamental na obra do historiador francês oitocentista Jules Michelet, firma-se na nova história e encontra em Carlo Ginzburg representante exemplar. Trata-se aqui de escrever a história a partir da vida comum de homens comuns, como chave que abre as portas do passado, constrói pontes entre o passado e o presente e desvela os problemas que teremos de enfrentar se quisermos um futuro transformado. É pela adoção de uma concepção histórica de homem, que os psicólogos de antolhos teimam em desestoricizar, que se pode superar a redução dele a objeto situado na superfície plana de um presente abstrato, porque naturalizado ou, numa imagem forte de Julio Cortázar, sua condenação a um “eterno meio-dia”. É no marco de uma nova história, que pede uma nova Psicologia, que saltam ao primeiro plano da pesquisa a memória e os relatos de homens

comuns que fizeram a história, seja sob a forma de relatos de histórias de vida, seja de indícios deixados em qualquer modalidade de documento.

Ora, a matriz histórica traz à luz o problema da historicidade da própria Psicologia como ciência. Ao aproximar-se da história, a Psicologia tem de enfrentar o paradoxo da consciência como ao mesmo tempo constituinte de processos ideológicos e constituída por eles e refletir sobre as condições dialéticas de produção de categorias psicológicas como “normal-anormal”, “ajustado-desajustado”. Guiada por concepções empiristas ou idealistas, a Psicologia instrumental desconsidera que a realidade não é puro dado imediato dos sentidos ou da consciência, mas movimento temporal de constituição de seres e de suas significações que depende do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza – melhor dizendo, das relações sociais que os homens estabelecem, a cada momento da história, para produzir objetos, e das idéias que geram para justificá-las. É nesse marco que as relações entre história e Psicologia podem ser pensadas conjugando-se a formação do capitalismo industrial e a constituição da subjetividade moderna.



## INDIVÍDUO E CULTURA: IDEOLOGIA E CRÍTICA

O lugar da cultura na formação do indivíduo pode ser abordado a partir de ângulos diversos: da experiência de um curso universitário que tem como mote a máxima subversiva de Diderot – “desconfiai daquele que vem trazer a ordem”; da reflexão sobre a mercantilização generalizada sob o capitalismo, inclusive dos bens culturais; de anotações sobre a cultura concebida como coisa e sobre a soberba dos dominantes quando diminuem a cultura popular; da contraposição dos conceitos funcionalista de indivíduo e psicanalítico se sujeito.

Numa “pedagogia do estranhamento” clássicos da Filosofia política e da Filosofia da educação podem conviver sem mapa com crônicas, obras e críticas literárias e clássicos do cinema, tendo em vista “jogar seu grão de areia na engrenagem bem lubrificada das cumplicidades resignadas.” Uma análise marxista da relação entre a estrutura material e a cultura, em geral, e do lugar da escola numa sociedade de classes, em particular, revela as desigualdades sociais que a escola sanciona ao exigir estilos de pensamento e de linguagem que ela toma como “dons naturais”, mas que não passam de capital cultural da burguesia. Ao agir assim, esta instituição social transforma a desigualdade diante da cultura erudita em desigualdade de sucesso. Acrescentemos: com o auxílio precioso de uma Psicologia que, ao participar desta ideologia, faz parte do exército de zeladores ou cães de guarda do instituído. Num momento pós-moderno e globalizante do capitalismo em que, sob o império do cálculo econômico, tudo transformou-se em mercadoria, não é demais insistir na urgência da centralidade da

ética na produção e nas relações educativas, elas também duramente assaltadas pela lógica do capital. E tudo isso agravado, como bem lembra um dos ensaístas, numa região do planeta que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização, como disse Lévi-Strauss, a nos lembrar, sem piedade, a precariedade da vida social nesses tristes trópicos.

O exame da distância que separa o sujeito da psicanálise do indivíduo das Psicologias é também terreno fértil para se pensar as concepções da relação indivíduo-cultura como ideologia ou como crítica. No cerne dessa diferença, há formas inconciliáveis de conceber o objeto de estudo das teorias da psique: na concepção psicanalítica de sujeito, a cultura é matéria-prima de que é feita a estrutura psíquica; na concepção de indivíduo das Psicologias fisicalistas, a sociedade é “meio”, cujas influências modelam, a partir do exterior, a dimensão psíquica de um organismo destituído de subjetividade. É por esta via que se pode fazer a crítica de concepções e instrumentos que já se tomaram senso comum nos meios em que se constroem e se praticam as várias (embora nem sempre essencialmente diferentes) teorias e técnicas que definem o chamado “campo psi”. É neste contraste que se instala a possibilidade de interpelar uma Psicologia clínica calcada em anamneses e testes. Ao superar a concepção de cultura como ambiente externo que influencia capacidades e emoções de origem indefinida e ao mostrar, contra a racionalidade iluminista, que os homens não são senhores em sua própria casa, a psicanálise entra no rol das teorias cruéis que puxam o tapete das Psicologias que definem seu objeto e seu método nos mesmos termos das ciências naturais.

# A PSICOLOGIA ENTRE A LITERATURA E AS ARTES: O PENSAMENTO SENSÍVEL

O entendimento da obra de Arte escapa das relações causais em moldes positivistas, pois é raro o fenômeno artístico evidente por si mesmo. Dizendo de outro modo, é precário o conhecimento da Arte que se prende ao imediato, à aparência, a relações lineares entre estrutura e gênese ou entre gênese e estrutura. Em matéria de Arte não há possibilidade de relação imediata entre os afetos ou o trabalho do inconsciente e o trabalho da inteligência ou vice-versa. Desta impossibilidade nem mesmo a intenção surrealista de expressão direta do inconsciente escapou. A definição do surrealismo como “um pesadelo da *razão vigilante*” remete-nos à questão da contribuição da Psicologia à Crítica de Arte e destaca a importância teórica do conceito de inteligência sensível.

A “redução fenomenológica” – como processo crítico que, nas ciências do homem, ultrapassa a percepção fácil do imediatamente dado, a fé perceptiva e o realismo ingênuo que nos orientam no cotidiano – permite dar conta da complexidade dos processos envolvidos na experiência do mundo e na significação profunda das condutas. Merleau-Ponty traz contribuição inestimável à análise da percepção artística e sua manipulação pela indústria cultural, ao lado de outras teorias que falam da perda da capacidade reflexiva na relação automática dos homens com as coisas e com as pessoas. Os conceitos de ideologia do materialismo histórico; de cotidianidade segundo Agner

Heller; de recalque na psicanálise; de atitude natural dos fenomenólogos ou de *habitus* na teoria de Bourdieu, todos eles falam da atitude ingênua diante do mundo, que resulta em “processos ocultados”. Para serem desvelados, esses processos requerem um “esforço radical da mente” que se opõe ao olhar soberano da ciência – o “olhar de sobrevôo” – que nivela múltiplas realidades e promove o esquecimento do próprio sujeito como habitante do mundo. Daí a defesa da retomada radical do mundo vivido. Para ir além do mundo como vitrine, típico do realismo ingênuo da atitude natural, é preciso *um passo além* do psicologismo e do objetivismo do conhecimento, em busca da compreensão das estruturas subjacentes e da “inerência histórica” da subjetividade. Só assim, a percepção pode reaparecer como percepção e estranhar o que parece “dado”.

Deste lugar crítico, a crueldade consiste em mostrar que uma Psicologia que estuda a percepção como mecanismo orgânico que espelha objetivamente um mundo naturalizado soma com a ideologia, com o *habitus*, com a cotidianidade, com o recalque, com a atitude natural e, assim, “suprime o problema do mundo e o problema do outro”. A interrogação da exterioridade sujeito-objeto do conhecimento e a defesa de um “fazer negativo” – um trabalho reflexivo que nega a imediatez da experiência e abre caminho para a busca do sentido oculto – subvertem a Psicologia e aproximam Psicanálise, pensamento sensível e Crítica de Arte. É neste momento que um tiro certo pode ser disparado contra os pressupostos do positivismo: “o pesquisador terá de abrir mão da sua condição de herói do conhecimento positivo, inteiramente determinado, e adquirir uma postura mais próxima talvez do acrobata, do saltimbanco e do andarilho da cidade, do viajante e do forasteiro, do alegorista e do narrador.” Orientadas pela redução fenomenológica, as teorias da psique, se quiserem se opor ao esquecimento da verdadeira origem dos processos cognitivos, devem alinhar-se com a Filosofia e a Arte.